

# Impacto da crise climática não é igual para todos



» ISVILAINE DA SILVA CONCEIÇÃO  
Engenheira ambiental e coordenadora de Engajamento e Mobilização do Observatório do Clima

mulheres, e que um aumento de 3°C na temperatura global pode levar mais de 158 milhões de mulheres e meninas à pobreza até 2050. Isso mostra como as mudanças climáticas são um catalisador de desigualdades, especialmente em territórios periféricos, onde a ausência de políticas públicas e as limitações econômicas já produzem vulnerabilidades, sobretudo para mulheres negras.

Ao mesmo tempo, o cotidiano de trabalhadores de todo o mundo também é impactado. Um relatório de 2024 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que 2,4 bilhões de trabalhadores, o equivalente a 70,5% da força de trabalho mundial, estão expostos a riscos climáticos diretos e indiretos.

Isso se reflete em problemas como calor excessivo, responsável por 22,8 milhões de lesões anuais em trabalhadores; radiação ultravioleta, que contribui para mais de 18,9 mil mortes anuais por câncer de pele; poluição do ar, que causa a morte de mais de 860 mil trabalhadores por ano; e doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, responsáveis por mais de 15,1 mil mortes anuais de trabalhadores.

Além dos impactos físicos, a saúde mental é uma dimensão frequentemente negligenciada. Profissionais de saúde e pessoas envolvidas em situações de emergência e na recuperação de desastres apresentam maior suscetibilidade a transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e depressão.

A desigualdade também se expressa no acesso à água, um direito humano fundamental. Cerca de 2,1 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável segura, e mulheres e meninas são as mais afetadas, muitas vezes por serem as responsáveis pela coleta e gestão desse recurso. Quando os serviços falham, essa sobrecarga transforma-se em risco. Em eventos extremos, o que é chamado de “desastre” pode expor

mulheres a assédio e violência, inclusive em abrigos, o que reforça a necessidade de proteção integral nas respostas climáticas.

Para colocar a justiça climática em prática e corrigir a distribuição desigual de ônus e bônus ambientais, é fundamental priorizar quem vive perto do risco para que tenha acesso a abrigo, saúde e reconstrução. No entanto, a adaptação às mudanças climáticas não pode ser pensada apenas em termos de infraestrutura.

Essa adaptação deve integrar saúde e segurança no trabalho, envolver a participação pública e o acesso à informação e à educação climática. Isso significa que as políticas têm de ser desenhadas com base nas realidades de quem é mais afetado, especialmente mulheres e populações negras, de modo a garantir que as decisões reflitam suas reais necessidades.

Considerando que a adaptação raramente gera retorno financeiro, ela deve ser assumida como responsabilidade primária e central dos governos. É essencial que as políticas públicas existentes, como as de moradia e saneamento, incorporem o risco climático, evitando reconstruções em áreas vulneráveis e priorizando populações historicamente marginalizadas.

Para tornar o tema mais acessível e aplicável a diferentes contextos, plataformas como a Eunice, do Observatório do Clima, oferecem conteúdos científicos em linguagem clara e visual. A iniciativa, que homenageia a cientista pioneira Eunice Foote (1819-1888), conecta causas e consequências da crise climática, prepara educadores, amplia a participação informada e quebra o elitismo do debate.

A justiça climática precisa ser tratada como uma matriz humanitária, o que exige participação, garantia de direitos, segurança e políticas públicas que cheguem primeiro – e logo – a quem mais precisa delas.

» PRISCILA PACHECO

Repórter do Observatório do Clima e co-fundadora da Mural – Agência de Jornalismo das Periferias

Os efeitos das mudanças climáticas, frequentemente percebidos como um problema distante, manifestam-se de forma desigual e impactam de forma desproporcional mulheres, pessoas negras e populações de baixa renda. Quando o evento extremo “entra pela porta”, seja como calor intenso, seca prolongada ou chuvas torrenciais, ele amplifica desigualdades sociais já existentes, porque atinge em cheio áreas de risco e comunidades com menor acesso à proteção. Esse é o cerne da justiça climática, uma pauta humanitária que exige ações imediatas e inclusivas.

Para compreender a urgência, basta observar o que ocorre no presente. Enchentes recentes em Juiz de Fora, em Minas Gerais, e em regiões do Paraná tornam visível uma realidade que, para muita gente, já é cotidiana: quem vive em áreas de vulnerabilidade costuma ser o primeiro a perder casa, renda e segurança. A vida é abruptamente desestruturada com ausência de abrigo, sustento e estabilidade.

A análise da crise climática sob os recortes de gênero, raça e renda reforça esse cenário. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 80% das pessoas deslocadas por desastres climáticos são

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## Brasília é moderna?



» FREDERICO DE HOLANDA  
Arquiteto, PhD, professor emérito e pesquisador colaborador sênior da Universidade de Brasília (UnB)

Não. Não, porque há 66 anos — 1960 — milhares de candangos já haviam chegado desde 1957; não, porque antes deles havia uma população rural e pequenos núcleos urbanos há séculos; não, porque antes deles havia os povos originários da região. Portanto, “Brasília”, como assentamento humano, existia há milênios. “Brasília” é milenar. E, não, por muito mais.

No entanto, não focarei no arquipélago de núcleos urbanos que hoje beira os 5 milhões de habitantes, mas naquele “avião” que aqui pousou, à beira de um futuro lago artificial, e que se somou às preexistências: o “Plano Piloto” de Lucio Costa. Pois é ele que foi “inaugurado” 66 anos de atrás, algo mais simbólico que real, pois uma cidade não se inaugura, nasce e cresce a partir do primeiro ser humano que nela finca o pé. É ao Plano Piloto que vou me referir, não a “Brasília”.

Por que a celebração? Porque o novo adendo tem características peculiares: foi um pedaço de cidade pensado de uma vez, diverso do que havia antes, no processo incremental de produção

e na sua forma, neste território, em outras partes do país, em outras partes do mundo. No discurso acadêmico ou no do senso comum, era “arquitetura moderna”, que supostamente virava do avesso o que entendíamos como cidade.

Mas em que virava? Ou como virava? O redondo “não” lá em cima foca no que o Plano contrariava a tendência moderna, contradizendo o que dela abraçava.

Pense nas superquadras do Plano ocupadas por um único edifício de 16 pavimentos (unidades d’habitação), distante dos vizinhos similares em uns 200 metros (a julgar pelos croquis), onde o comércio local ficava trepado no oitavo pavimento (acreditem) e onde os equipamentos de lazer e escolares eram jogados na cobertura (acreditem), esvaziando de vida todo o resto do chão. Assim era a “cidade” moderna proposta por Le Corbusier, que detestava a rua (“o mofó que rói as calçadas”). Os 11 blocos residenciais de seis pavimentos das superquadras do Plano, os equipamentos escolares e de lazer no chão, as ruazinhas dos comércios locais... Não, o Plano não é moderno.

Pense em morar em torres residenciais de 300 metros de altura (cerca de 100 pavimentos), separadas por grandes distâncias, sem, de novo, espaços configurados entre elas, nos quais as pessoas se reunissem, novamente, no chão. Essa era a cidade moderna proposta por Rino Levi, não a realidade do Plano, em sua ocupação residencial contínua formando as Asas Sul e Norte,

facultando às pessoas falarem dos apartamentos para o chão, e até entre os blocos próximos. Não, o Plano não é moderno.

Pense em morar numa cidade repetitiva, composta por bairros residenciais circulares (ou octogonais, pouco importa), separados por terra de ninguém, onde comércio, escolas, lazer estão escondidos no centro desses círculos e não em sua periferia, e serem visíveis e acessíveis para o cidadão em geral (como os comércios locais do Plano). E, nessa “cidade”, nada se destaca do resto, pelo tamanho ou pela forma dos espaços e dos prédios: nada há que se imprima indelevelmente em nossa mente. Essa é a cidade proposta pelos irmãos M.M.M. Roberto, típica dos arquitetos modernos que igualavam o “monumental” ao “estalinismo”. Ao contrário, o Plano tem a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. Lucio Costa, de novo, rema contra a corrente. Não, o Plano não é moderno.

Mas, afinal, o “rodoviarismo”, que privilegia o carro em detrimento dos pedestres, obrigados a se arriscar na superfície, ante bólidos a 80km/h, ou a utilizar passagens subterrâneas desconfortáveis, infectas e inseguras? E o “zoneamento”, que elimina habitação de zonas centrais, fazendo-as vivas nos horários comerciais, mas mortas à noite, aos domingos e feriados? “Entrou por uma perna de pato, saiu por uma perna de pinto; quem quiser que conte cinco”. Quem quiser que escolha o “sim” em vez do “não” inicial — e conte outra história.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@adabr.com.br



## A trilha sonora de um sonho na construção de Brasília

Em 1960, o Brasil assistia a um de seus maiores atos de ousadia histórica: erguer, no coração do país, uma capital inteira praticamente do nada. Brasília surgia sob o signo do concreto, da poeira vermelha e da esperança. Mas não foi apenas o traço de Lucio Costa ou a genialidade de Oscar Niemeyer que deram forma à nova capital. Havia algo invisível, mas profundamente presente, que preenchia os vazios do Planalto Central: a música. Enquanto caminhões levantavam nuvens de terra e os candangos enfrentavam jornadas duras sob o sol do Cerrado, rádios chiavam em barracos improvisados, transmitindo aquilo que, mais do que entretenimento, era consolo, identidade e sonho. A capital nascia do barro, mas também nascia do som. O rádio era o coração pulsante de um país que buscava seu rumo com a construção de uma nova capital.

Antes da televisão dominar os lares, o rádio era soberano. Em 1960, ele não era apenas um meio de comunicação: era companhia, palco e ponte cultural. Programas de auditório, radionovelas, notícias e, sobretudo, música, faziam das ondas do rádio uma espécie de cimento simbólico que unia o país, inclusive aquela nova cidade que ainda nem tinha identidade própria. As listas das músicas mais tocadas naquele ano revelam um Brasil musicalmente plural. Entre os grandes sucessos, estavam canções como *Banho de lua*, de Celly Campello; *A noite do meu bem*, de Dolores Duran; e *Menina moça*, de Tito Madi, ao lado de hits internacionais como *Put your head on my shoulder*, de Paul Anka; e *It's now or never*, de Elvis Presley, além de Maysa, Elizabeth Cardoso, Ângela Maria, Cauby Peixoto e por aí ia.

Essa mistura de influências não era casual, era o retrato de um país aberto ao mundo, mas ainda profundamente ligado à própria sensibilidade romântica, melancólica e popular. Em Brasília, onde tudo era provisório, o rádio era permanente. Figuras pioneiras da comunicação local, como Galebi Balfaker e outros radialistas que ajudaram a dar voz à nova capital, transformaram o silêncio do Cerrado em um espaço sonoro vibrante. Eles não apenas transmitiam música, ajudavam a criar uma cultura urbana onde antes havia apenas canteiros de obras.

A vida dos candangos era árdua. Vindos de todas as regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, carregavam consigo não só ferramentas, mas também suas referências culturais. Nesse contexto, a música funcionava como refúgio emocional. Luiz Gonzaga, com seu baião, levava o Nordeste para o Planalto Central. Seus acordes de sanfona ecoavam como memória viva de uma terra deixada para trás, amenizando a saudade e reforçando a identidade daqueles trabalhadores. Ao mesmo tempo, boleros interpretados por nomes como Nelson Gonçalves embalavam noites solitárias, enquanto o Trio Irakitan trazia harmonias que misturavam romantismo e sofisticação.

Era um período de efervescência musical sem precedentes. No Brasil, nascia a MPB como conceito, enquanto a bossa nova ganhava o mundo com sua batida suave e sofisticada. Poucos anos depois, surgiria a Jovem Guarda, liderada por Roberto Carlos, que aparecia nas paradas de 1960 com “Brotinho sem juízo”. Paralelamente, o mundo vivia a explosão do rock internacional. Elvis Presley era um fenômeno global e, em breve, os Beatles inaugurariam o movimento que ficaria conhecido como iê-iê-iê, influenciando profundamente a juventude brasileira. Essa convivência de estilos criava uma paisagem sonora rica e diversa. Era como se Brasília, ainda em construção, estivesse sendo embalada por uma trilha sonora igualmente em construção.

Brasília não foi apenas um projeto urbanístico. Foi, acima de tudo, um projeto simbólico: a ideia de um Brasil moderno, integrado e voltado para o futuro. E toda grande narrativa precisa de uma trilha sonora. As músicas que tocavam nas rádios naquele período ajudaram a moldar o imaginário coletivo. Elas davam ritmo ao trabalho, preenchiam o silêncio das noites e alimentavam a esperança de que aquele esforço gigantesco resultaria em algo duradouro. Entre um turno e outro, entre um barraco e outro, entre o concreto fresco e o horizonte infinito, havia sempre uma canção. Às vezes romântica, às vezes dançante, às vezes nostálgica, mas sempre presente. Era sem dúvida um tempo de esperança e muita criação nas áreas artísticas. O Brasil de 1960 vivia um raro momento de otimismo.

Construir Brasília simbolizava a capacidade de realização de um país que acreditava em si mesmo. E a música refletia exatamente isso: criatividade, diversidade e vitalidade. Hoje, ao olhar para a cidade consolidada, com suas avenidas largas e monumentos imponentes, é fácil esquecer que tudo começou com improviso, esforço e sonho. Mas há algo que permanece intocado, inclusive a memória afetiva daquele tempo. A memória tem som, cheiro e gosto. O som das rádios chiando ao fundo. O som de um boleiro atravessando a noite. O som de um baião trazendo saudade da terra natal, o som de um país que, entre dificuldades e esperanças, ousou reinventar-se. Brasília foi erguida com um misto de concreto e de música. E, talvez, seja essa trilha invisível feita de vozes, acordes e emoções que melhor explica a grandeza daquele momento histórico que ficou perdido na poeira do tempo há 66 anos no passado.

### A frase que foi pronunciada

“Ao voltar a Brasília e vê-la construída, com tanta vida, gostaria de lembrá-lo que o Brasil não tem vocação para mediocridade...”

Lucio Costa

### História de Brasília

Está marcado para amanhã o julgamento mais sensacional do Tribunal do Júri de Brasília. Será julgado o delegado João Pelles. (Publicada em 17/5/1962)